

All correspondence referring to announcements and subscription of Government Gazette must be addressed to its administration office. Literary publications will be advertised free of charge provided two copies are offered.

Toda a correspondência relativa a anúncios e à assinatura do *Boletim Oficial* deve ser dirigida à Administração da Imprensa Nacional. As publicações literárias de que se receberem dois exemplares anunciam-se gratuitamente.



SUBSCRIPTION RATES — ASSINATURA

	YEARLY (Annual)	HALF-YEARLY (Semestral)	QUARTERLY (Trimestral)
All 3 series; (As 3 series)	Rs. 40/-	Rs. 24/-	Rs. 18/-
I Series	Rs. 14/-	Rs. 12/-	Rs. 9/-
II Series	Rs. 16/-	Rs. 10/-	Rs. 8/-
III Series	Rs. 20/-	Rs. 12/-	Rs. 9/-

Postage is to be added when delivered by mail —
Acréscce o porte quando remetido pelo correio

GOVERNMENT GAZETTE

BOLETIM OFICIAL

SUPPLEMENT

(No. 2)

(SUPLEMENTO)

A seguir se publica a tradução, em português, do despacho N.º ELN/VPT/62, de 22-9-1962, das Normas Eleitorais da Lei de Panchayats das Aldeias de Goa, Damão e Dio, 1962, aprovadas por despacho de 24-9-1962, e dos despachos N.º ELN/VPT/62, de 22-9-1962 e 24-9-1962, publicados em Suplemento n.º 2, ao *Boletim Oficial* n.º 32, 1.ª série, de 24-9-1962:

GOVERNO DE GOA, DAMÃO E DIO

Despacho

ELN/VPT/62

No uso das faculdades conferidas pelo n.º 59 da Lei dos Panchayats das aldeias de Goa, Damão e Dio, 1962 (n.º 9, de 1962), o Governador-tenente de Goa, Damão e Dio, delega os poderes que lhe são conferidos pelos n.ºs 3, 7, 8, 9, 15, 19, 21, 22, 23, 25, 27, 53 e 54 da referida lei, e ao abrigo das normas eleitorais da Lei de Panchayat das aldeias de Goa, Damão e Dio, 1962, no Secretário-Chefe, no território de Goa, e também delega os poderes de Administrador, do Secretário-Chefe e do Administrador Civil do distrito, ao abrigo das normas formuladas de harmonia com o n.º 65 da referida lei no Collector de Damão no território sob a sua jurisdição, e no Administrador Civil de Dio no território sob a sua jurisdição.

O GOVERNADOR-TENENTE

T. Sivasankar

Pangim, 22 de Setembro de 1962, 1962

Despacho

ELN/VPT/62

NORMAS ELEITORAIS DA LEI DE PANCHAYATS DAS ALDEIAS DE GOA, DAMÃO E DIO, 1962

No uso das faculdades que lhe são conferidas pelas alíneas 1) e 2) do artigo 65 da Lei de Panchayats das aldeias de Goa, Damão e Dio, 1962 (n.º 9, de 1962), o Governador-tenente de Goa, Damão e Dio, determina o seguinte:

- 1) Estas normas denominar-se-ão: *Prólogo* normas eleitorais da Lei de Panchayats das aldeias de Goa, Damão e Dio, 1962.
- 2) Nesta lei, se pelo contexto outra *Definições* significação não se tornar evidente.

- (1) «Lei» significa a Lei de Panchayats das aldeias de Goa, Damão e Dio, de 1962.
- (2) «Gram Panchayat» quer dizer Panchayat da aldeia conforme definida pela lei acima referida.
- (3) «Administrador», quer dizer o Governador-tenente de Goa, Damão e Dio.
- (4) «Autoridade designada», sempre que estiver mencionada na referida lei quer dizer o Secretário-Chefe ou qualquer oficial por ele designado.
- (5) «Collector» quer dizer o Collector de Damão, que será considerado como sendo autoridade designada para os fins da lei e das suas normas.

- (6) «Administrador Civil» quer dizer o Administrador Civil de Dio que será considerado como sendo a autoridade designada para os fins desta lei e das suas normas.
- (7) «Oficial auxiliar da eleição» quer dizer qualquer Oficial designado pelo oficial escrutinador, para os fins de conduzir as eleições ao abrigo da norma 24.^a
- (8) «Panch» quer dizer um vogal do Panchayat.
- (9) «Sarpanch» quer dizer o presidente do Panchayat.
- (10) «Deputy Sarpanch» quer dizer o vice-presidente do Panchayat.
- (11) «Administrador Civil do distrito» quer dizer Administrador do concelho.
- (12) «Concelho» quer dizer a área sob a administração do administrador do concelho (Civil Administrator District).
- (13) «Oficial escrutinador», quer dizer qualquer oficial designado pelo Secretário-Chefe, ao abrigo da norma 19.^a, para Oficial escrutinador e inclui um oficial escrutinador adicional e auxiliar.
- (14) Indivíduos exercendo «cargo rendoso» para os fins desta lei, incluem regedor, vogais da Junta de freguesia e vogais da Junta da Comunidade.
- (15) «Eleitor» quer dizer eleitor, conforme mencionado nos artigos 13.^o e 14.^o desta lei.
- (16) As palavras, termos e definições, não definidas nestas normas terão o mesmo significado que lhes for atribuído pela lei.

Normas referentes à preparação dos cadernos eleitorais

Preparação do caderno eleitoral

3. O Administrador do concelho providenciará no sentido de se preparar um caderno eleitoral separado para cada aldeia, segundo o modelo n.º 1.

Modelo do caderno eleitoral

4. O caderno eleitoral (indicado no modelo n.º 1) deverá conter indicações do número de série, nome, nome do pai, da mãe ou do marido, apelido, caso tiver, idade, e sexo do eleitor.

Caracteres do caderno eleitoral

5. O caderno eleitoral será organizado em caracteres romanos.

Publicação do caderno eleitoral

6. O Administrador do concelho tornará público na área do Gram Panchayat, até o dia por ele fixado, que o caderno eleitoral está pronto para a inspeção.

Inspeção do caderno eleitoral

7. Um exemplar do caderno eleitoral deverá ser afixado em lugar proeminente na área do Gram Panchayat, para os fins de inspeção.

8. Deverá ser afixado um aviso ao caderno eleitoral, indicando o dia, hora e local designado para audição das reclamações e objecções e mencionando o nome do oficial designado pelo Secretário-Chefe ao qual tais reclamações e objecções devem ser apresentadas. O dia que vier a ser designado para tal fim, não deverá anteceder o prazo de 5 dias a partir da data da publicação do referido aviso.

9. Qualquer indivíduo cujo nome não esteja inscrito no caderno eleitoral e qualquer indivíduo cujo nome esteja inscrito no caderno eleitoral e que objecte à inclusão do nome de qualquer indivíduo no caderno eleitoral, poderá, quer verbalmente quer por escrito, apresentar uma reclamação ou objecção ao oficial indicado no aviso, no dia que tiver sido fixado para tal fim.

10. O oficial designado para a audição das reclamações e objecções, decidirá quanto à reclamação ou objecção na respectiva localidade e

- (a) constatará a sua decisão; e
- (b) emendará o exemplar do caderno eleitoral de harmonia com tal decisão caso for necessário. A decisão do referido oficial será final.

11. O caderno eleitoral quer emendado ao abrigo na norma 10.^a, quer sem alteração, caso nenhuma emenda tenha sido feita, deverá ser publicado como final pelo Administrador do concelho, providenciando sobre a fixação dum exemplar do caderno eleitoral emendado, para fins de inspecção, em lugar proeminente da área de Gram Panchayat, devendo ser dado um aviso dessa publicação pelo Administrador do concelho, no modelo n.º 6, e dentro do prazo de 24 horas a partir do momento em que os cadernos eleitorais estejam prontos para publicação final.

12. Um exemplar do caderno eleitoral poderá ser posto à disposição do candidato que dispute a eleição, mediante pagamento de 5 n. p., por cada página.

13. O caderno eleitoral publicado de harmonia com a norma 11.^a deverá ser válido por um período de 4 anos a partir da data da sua publicação final. Caso qualquer área do Gram Panchayat tenha de proceder a eleição dum Panchayat após o caderno eleitoral ter perdido a sua validade e antes de o novo caderno eleitoral estar pronto, esse caderno eleitoral continuará para os fins dessa eleição, a servir como o caderno eleitoral daquela área do Gram Panchayat.

O Administrador poderá superintender na preparação, feita de harmonia com estas normas, de um novo caderno eleitoral em qualquer altura, antes de findar o referido prazo.

Reclamações e objecções contra o caderno eleitoral

Apresentação das reclamações

Decisão das reclamações

Publicação final do caderno eleitoral

Exemplar do caderno eleitoral a ser posto à disposição do candidato

Caderno eleitoral deverá ser válido para quatro anos

Normas que governam a apresentação de candidaturas

Programa para apresentação e escrutínio dos documentos da candidatura

14. De harmonia com as ordens do Administrador, o Secretário-Chefe elaborará um programa especificando:

- (a) A data e o local para apresentação e escrutínio dos documentos da candidatura e
- (b) Uma data ou datas posteriores para votação, caso necessário, para a eleição dos «panchas» do Gram Panchayat; devendo anunciar as mesmas na área do Gram Panchayat com a antecedência de ao menos 5 dias da data fixada para apresentação dos documentos da candidatura.

Aceitação dos documentos da candidatura

15. O Administrador do concelho ou qualquer outro oficial autorizado para esse fim pelo Administrador, de ora em diante designado como oficial escrutinador, aceitará, os documentos de candidatura no dia e local que forem fixados, das 11.00 às 15.00 horas.

Apresentação dos documentos de candidatura

16. (i) A candidatura será apresentada preenchendo-se o modelo n.º 2, o qual será assinado pelo candidato e o seu proponente que deverá ser um eleitor do mesmo Village Panchayat, o qual não poderá assinar mais de uma proposta de candidatura. O documento de candidatura deverá ser entregue ao oficial escrutinador, pelo candidato quer em pessoa quer por intermédio do seu proponente.

(ii) Quando receber um documento de candidatura o oficial escrutinador verificará se os nomes e os números constantes do caderno eleitoral do candidato e seu proponente inscritos no documento de candidatura, correspondem aos que tiverem sido inscritos no caderno eleitoral mencionado no artigo 13.º desta lei, passando em seguida a atribuir-lhes o número da série e a constatar a data e hora em que o mesmo tiver sido recebido por ele, apondo a sua assinatura.

Escrutínio dos documentos de candidatura e recursos

17. (i) No dia imediato àquele que tiver sido fixado para aceitação dos documentos da candidatura, o oficial escrutinador examinará às 15.00 horas, os documentos de candidatura podendo aceitá-los ou rejeitá-los. Os candidatos e os seus proponentes poderão estar presentes se assim o desejarem. Nos casos em que o oficial escrutinador resolver rejeitar qualquer documento de candidatura, o mesmo deverá constatar, imediata e resumidamente, por escrito, as razões que o levaram para tal, e pôr à disposição do candidato, caso este a peça uma cópia da sua decisão, dentro de 24 horas. Nenhum documento de candidatura poderá ser rejeitado unicamente por motivos de um erro da ordem técnica ou por erro material de escrita.

(ii) Contra a decisão do oficial escrutinador será permitido interpor recurso ao oficial designado para o fim em vista, pelo

Secretário-Chefe, no prazo de 48 horas. O referido oficial decidirá esse recurso no prazo de 2 dias a partir da data em que o mesmo tenha sido interposto, e deverá comunicar o resultado ao oficial escrutinador imediatamente.

(iii) O oficial escrutinador após o exame e após as decisões quanto aos recursos, caso houver, deverá publicar em lugar proeminente da área do Gram Panchayat uma lista de todos os candidatos que tenham apresentado devidamente a sua candidatura.

18. Qualquer candidato que tenha apresentado a sua candidatura devidamente, poderá desistir da mesma enviando ao oficial escrutinador uma comunicação por escrito e devidamente assinada, dentro do prazo de 5 dias a partir da data que tiver sido fixada para o escrutínio dos documentos de candidatura. O oficial escrutinador deverá anunciar tais desistências, no prazo de 48 horas, a partir da data fixada para a desistência das candidaturas, e afixar uma cópia desse anúncio em lugar conspícuo da área do Gram Panchayat.

Desistência da candidatura

Normas que governam as eleições

19. (i) O Secretário-Chefe poderá nomear tantos oficiais escrutinadores, oficiais escrutinadores adicionais e auxiliares quantos forem necessários.

Nomeação dos oficiais escrutinadores, oficiais escrutinadores adicionais e auxiliares

(ii) Se o número dos candidatos que tenham apresentado a sua candidatura devidamente, for igual ou inferior ao número dos lugares para os quais os mesmos tenham apresentado devidamente a sua candidatura, o oficial escrutinador, deverá declarar devidamente eleitos os referidos candidatos ou candidato, e enviar ao Secretário-Chefe uma lista dos mesmos, acompanhada de uma relação em que se indique os lugares para os quais não foi apresentada nenhuma candidatura.

20. Se o número dos candidatos que tiverem apresentado a sua candidatura devidamente exceder o número de lugares vagos, proceder-se-á à eleição de maneira como a seguir se indica.

Quando se deve proceder a votação.

21. Quando seja necessário proceder à votação, o Administrador fixará a data, hora e local para a mesma.

Datas designadas para votação

22. (1) O oficial escrutinador deverá atribuir a cada um dos candidatos que disputem a eleição, um dos símbolos a seguir indicados, com antecedência de ao menos 5 dias da data designada para votação, e comunicar, por escrito o mesmo ao respectivo candidato.

Atribuição dos símbolos aos candidatos

(i) Serão atribuídos os seguintes símbolos

- | | |
|-------------|-------------|
| 1) Elefante | 6) Mão |
| 2) Boi | 7) Árvore |
| 3) Espada | 8) Casa |
| 4) Carroça | 9) Cobra |
| 5) Balança | 10) Pássaro |

- | | |
|---------------|----------------------|
| 11) Peixe | 20) Flor |
| 12) Bicicleta | 21) Manga |
| 13) Homem | 22) Ananás |
| 14) Lua | 23) Coco |
| 15) Tigre | 24) Lata de petróleo |
| 16) Sombreiro | 25) Relógio |
| 17) Automóvel | 26) Cadeira |
| 18) Cão | 27) Escada |
| 19) Barco | |

(ii) Se a lista dos símbolos acima mencionados ficar esgotada na sua totalidade por motivo de o número de candidatos exceder a mesma, o oficial escrutinador, atribuirá, à sua discrição, qualquer outro símbolo ao candidato ou candidatos em questão.

Lista de candidatos que tenham apresentado a sua candidatura

23. O oficial escrutinador deverá, ao mesmo tempo, publicar uma lista dos candidatos e dos símbolos atribuídos a cada um deles, anunciar e fixar a mesma em lugar conspicuo da respectiva área do Panchayat.

Nomeação dos oficiais auxiliares da eleição

24. O oficial escrutinador nomeará, em cada secção de voto, tantos oficiais auxiliares da eleição quantos forem necessários.

Fornecimento de listas

25. O Administrador do Concelho deverá fornecer a cada secção de voto, uma quantidade suficiente de listas, para os fins de votação, exemplares do caderno eleitoral, etc.

Tipo das urnas

26. (i) Cada candidato terá uma urna separada.

(ii) Cada urna deverá ser arranjada de maneira que as listas podem ser inseridas nela, mas não podem ser retiradas da mesma sem que se proceda à sua abertura.

Funções do oficial escrutinador adicional

27. O oficial escrutinador adicional presidirá e manterá a ordem na secção de voto. Deverá, também, regular o número de eleitores a serem admitidos de cada vez e excluir todas as outras pessoas, excepto:

- (a) os seus ajudantes, os candidatos e um delegado de cada candidato (doravante designado por delegado do candidato), nomeado por escrito, pelo candidato e autorizado, para esse fim, pelo oficial escrutinador ou pelo oficial escrutinador adicional.
- (b) os elementos da polícia ou outros funcionários públicos, em serviço; e
- (c) quaisquer outras pessoas que o oficial escrutinador adicional possa, de tempos em tempos, admitir, para os fins de identificar os eleitores.

Forma de votação

28. (i) O oficial escrutinador adicional apresentará, imediatamente antes do começo da eleição, as urnas vazias, às pes-

soas que estiverem presentes na secção de voto para que as mesmas possam verificar que as mesmas estão vazias, colocando, acto contínuo, o respectivo símbolo atribuído ao candidato dentro da urna e afixando o mesmo símbolo no exterior da urna. A urna será, então, considerada como sendo distribuída ao respectivo candidato. O oficial escrutinador adicional, inserirá, nessa altura, o selo de papel que será assinado por ele e pelo candidato ou os seus delegados, se assim o desejarem. Feito isto, ele selará a urna de tal maneira que a abertura para a inserção das listas na urna fique livre, permitindo a inserção das mesmas.

(ii) Os selos utilizados para selar as urnas, deverão ser fixados de tal maneira que não seja possível abrir as urnas sem os quebrar.

(iii) As urnas seladas da maneira acima indicada, serão colocadas no compartimento destinado à votação, o qual estará fechado de tal maneira que as urnas não poderão ser vistas do exterior do compartimento.

(iv) As urnas serão colocadas lado a lado, na ordem alfabética dos sobrenomes dos candidatos e da direita à esquerda do eleitor.

(v) Não será permitido colocar qualquer receptáculo ou caixa além das urnas atribuídas aos candidatos, no interior do compartimento destinado à votação, durante o tempo em que se proceder à mesma.

29. (i) A votação terá início e será encerrada à hora exacta que for fixada pelo Administrador para esse fim. Início e encerramento da votação

(ii) A votação será por meio de listas e todo aquele que deseje dar o seu voto deverá fazê-lo no dia e à hora designada para votação no respectivo Village Panchayat, em pessoa, e não por procuração, por meio de listas que serão fornecidas ao eleitor e que levarão um número de série. Cada pessoa terá direito a um voto intransmissível para eleger um membro do Panchayat.

30. (1) Os candidatos e os seus delegados não deverão comunicar-se com ou dirigir-se a qualquer eleitor, em qualquer parte da secção de voto ou qualquer lugar dentro do raio de 100 jardas da mesma, mas poderão dirigir ao oficial que preside quaisquer objecções contra um eleitor, por qualquer dos seguintes três motivos: Os candidatos e seus delegados não poderão entrar em comunicação com os eleitores

(i) Quando o nome do eleitor não conste do caderno eleitoral como tendo direito a votar no Village Panchayat.

(ii) Quando é falsa a sua pretensão de ser um determinado eleitor cujo nome consta do caderno eleitoral.

(iii) quando o eleitor já tenha dado o seu voto para essa eleição.

(2) Qualquer pessoa que não cumpra as disposições do § (1) desta norma po-

derá ser expulsa da secção de voto pelo oficial escrutinador adicional, e aquele que for expulso nessas condições, não será readmitido durante a eleição.

Aposição do
selo oficial
nas listas.

31. Antes das listas serem entregues aos eleitores, será nelas aposto o selo oficial; ou, na falta deste, as mesmas serão rubricadas pelo oficial escrutinador adicional. O número, nome e descrição de cada eleitor conforme consta do caderno eleitoral, serão conferidos em voz alta, e será marcado um sinal em relação ao número do eleitor no exemplar do caderno eleitoral em uso para indicar que o mesmo recebeu a lista. Além disso, será marcado um sinal, com tinta indelével, no dedo indicador da mão direita, de cada eleitor.

Devolução
das listas
que não ti-
verem sido
utilizadas

32. (i) No caso em que um eleitor, após ter adquirido listas com o fim de dar o seu voto, decidir não utilizar a mesma, ele deverá devolvê-la ao oficial escrutinador adicional. As listas assim devolvidas, serão então marcadas como inutilizadas ou devolvidas, e colocadas em envelopes separados, e o oficial escrutinador adicional deverá manter uma relação de todas essas listas.

(ii) Se quaisquer listas, entregues aos eleitores para os fins de darem os seus votos, não tiverem sido metidas na urna mas tiverem sido deixadas, pelo eleitor, na secção de voto, será adoptado, em relação às mesmas, o procedimento indicado no § (1), desta norma, como se as mesmas tivessem sido devolvidas pelo eleitor ao oficial escrutinador adicional.

A votação
deverá ser
secreta

33. (i) A votação, sujeita a estas normas, será secreta.

(ii) Os oficiais escrutinadores, adicionais e auxiliares, e os oficiais auxiliares da eleição, terão por obrigação zelar no sentido de que os votos sejam dados em segredo; de que sejam admitidas na secção de voto somente as pessoas que possam ser ao abrigo destas normas, e de que as pessoas que tenham dado o seu voto ou contra as quais tenham sido apresentadas e aceites quaisquer objecções, deixem a secção de voto imediatamente. Competir-lhes-á, também, dar cumprimento rigoroso a estas normas e quaisquer instruções especiais dadas pelo Secretário-Chefe e ou pelo oficial escrutinador.

Votos con-
testados

34. Se qualquer pessoa intitulando-se ser um determinado eleitor inscrito no caderno eleitoral, pedir listas, após outra pessoa ter votado como sendo esse eleitor, o requerente, após ter respondido às perguntas que o oficial escrutinador porventura lhe dirija, terá direito a votar, mas a sua lista (doravante designada por lista contestada), será entregue, após o eleitor ter dado o seu voto, ao oficial escrutinador adicional que lançará o nome e o número do eleitor no exemplar do caderno eleitoral em uso, bem como o nome da aldeia a que o caderno eleitoral se refere, passando em seguida a colocar o mesmo em envelope

separado. O nome do eleitor, o seu número, constante do caderno eleitoral, e o nome da secção de voto a que o caderno eleitoral se refere, serão lançados numa lista, segundo o modelo n.º 3.

Votos postos
em questão

35. Se qualquer candidato ou o seu delegado declarar e pretender provar que qualquer pessoa tenha, pelo facto de ter pedido uma lista, cometido o crime de impersonificação, e pagar uma importância de duas rupias de depósito, o oficial escrutinador adicional poderá determinar que essa pessoa conste na lista dos votos postos em questão, o seu nome e endereço ou, caso a mesma não saiba escrever, apor nela a sua impressão digital, podendo exigir, além disso, que a pessoa em questão apresente prova da sua identidade. Se essa pessoa der resposta satisfatória, a mesma poderá votar, depois de ter sido informada da penalidade pela impersonificação. O oficial escrutinador adicional tomará nota das circunstâncias e da sua decisão, na lista dos votos postos em questão, segundo o modelo n.º 4. Se a contestação for provada, o depósito será restituído pelo oficial escrutinador adicional; caso não o seja, o depósito será considerado como perdido. A decisão do oficial escrutinador adicional será final.

Listas inuti-
lizadas

36. Um eleitor que tiver, inadvertidamente, inutilizado a sua lista de maneira que a mesma não possa ser devidamente usada, poderá, depois de devolvê-la ao oficial escrutinador adicional e convencê-lo dessa sua inadvertência, obter uma outra lista em substituição da lista inutilizada, devendo esta última ser marcada como inutilizada.

37. Um eleitor, depois de ter recebido a lista deverá dirigir-se ao compartimento destinado à votação e metê-la na urna do candidato a quem deseje dar o seu voto, abandonando o compartimento, acto contínuo.

O eleitor de-
verá dar o
seu voto no
comparti-
mento desti-
nado à vota-
ção

38. (i) O oficial escrutinador adicional prestará a necessária assistência por forma a habilitar os eleitores inválidos a votarem de maneira como a seguir se indica:

Assistência
aos eleitores
inválidos

(ii) Se um eleitor não pode, por motivos de cegueira ou qualquer outra enfermidade física, meter o seu voto na urna, o oficial escrutinador adicional deverá, depois de o encaminhar para o compartimento destinado à votação, apurar confidencialmente o nome do candidato a quem tal eleitor deseja dar o seu voto, e meter a lista na respectiva urna. A assistência prestada a tal eleitor pelo oficial escrutinador adicional, deverá por ele ser constatada, resumidamente, no modelo n.º 8, sem menção do nome do candidato a quem foi dado o voto.

39. Serão passadas senhas de identidade às pessoas que tenham estado presentes na secção de voto à hora do encerramento da votação e que não tenham dado o seu

Senhas de
identidade
aos eleitores
presentes à
hora do en-
cerramento

voto, para poderem votar mesmo depois da hora de encerramento.

Selagem das urnas

40. (1) O oficial escrutinador adicional de cada secção de voto deverá, logo que seja viável, depois do encerramento da votação, na presença de qualquer candidato ou seu delegado, que porventura esteja presente, meter em envelopes separados e selar com o seu próprio selo e os selos dos referidos candidatos ou delegados que porventura desejem afixar os mesmos:

- (i) Todas as urnas utilizadas em cada secção de voto que não tenham sido abertas;
- (ii) As listas que não tenham sido utilizadas;
- (iii) As listas contestadas;
- (iv) As listas inutilizadas;
- (v) O exemplar marcado do caderno eleitoral;
- (vi) Uma relação das listas no modelo n.º 5;
- (vii) As listas de votos contestados;
- (viii) A lista de votos postos em questão.

(2) O oficial escrutinador adicional deverá, feita a separação acima referida em envelopes, contar os votos de harmonia com as disposições contidas na norma 41.^a na presença dos candidatos ou os seus delegados, caso houver. Nenhuma pessoa que tenha sido empregada por um candidato ou por parte do mesmo, para quaisquer fins associados com a eleição, será nomeado para auxiliar na contagem de votos.

Contagem de votos

41. Logo após o encerramento da votação, o oficial escrutinador adicional deverá:

- (a) Abrir a urna e separar as listas que considerar válidas das que ele rejeitar, escrevendo nestas últimas a palavra «rejeitada» e as razões que o levaram a rejeitar as mesmas;
- (b) Rejeitar qualquer lista que tenha qualquer sinal por intermédio do qual o eleitor possa, posteriormente, ser identificado, ou que não esteja devidamente marcada ou que tenha qualquer número de série, ou prefixo, ou sufixo, ou uma marca diferente daquela que é empregada nas listas cujo uso é autorizado na respectiva secção de voto, ou quando o oficial escrutinador adicional verifique que é uma lista espúria, ou quando a mesma esteja de tal maneira danificada ou inutilizada, que a sua identidade como lista genuína, não possa ser demonstrada.
- (c) Contar o número de votos válidos dados a cada candidato, e após essa contagem, fechar e selar

em envelopes separados, os votos contados e os rejeitados, mas não deverá abrir os envelopes selados de votos contestados e os exemplares marcados do caderno eleitoral.

(d) Preparar e certificar uma relação, no modelo n.º 7, indicando:

- (i) Os nomes das pessoas a quem foram dados os votos válidos;
- (ii) O número de votos dados a cada pessoa;
- (iii) O número de votos declarados sem efeito;
- (iv) O número de votos contestados;

(e) Depois de completar a relação, o oficial escrutinador adicional declarará o resultado dos lugares reservados às mulheres. Feito isso, declarará o resultado dos lugares não reservados dentre os candidatos aos quais tenha sido dado o maior número de votos válidos.

(f) Se, ao terminar a contagem, o oficial escrutinador adicional verificar que dois candidatos têm igual número de votos, a eleição será decidida por meio de sorteio, feito em sua presença e da maneira como ele o indicar.

(g) O oficial escrutinador adicional permitirá a qualquer candidato ou seu delegado levar uma cópia dum extracto da relação.

42. (I) Depois de ter sido declarado o resultado da eleição, qualquer candidato ou, no seu impedimento, o seu delegado, poderá pedir por escrito, ao oficial escrutinador adicional, uma recontagem total ou parcial, das listas cuja contagem já tenha sido feita, expondo as razões para requerer essa recontagem.

(II) Quando receber tal pedido o oficial escrutinador adicional decidirá quanto ao assunto e poderá aceitar ou rejeitar o pedido expondo as suas razões para tal. A sua decisão será final.

(III) No caso de o oficial escrutinador adicional decidir aceitar tal pedido, o mesmo deverá:

- (a) proceder à recontagem das listas de harmonia com a sua decisão;
- (b) emendar os lançamentos indicativos do número dos votos dados, caso seja necessário, após tal recontagem;
- (c) anunciar as emendas feitas, e o resultado da eleição.

43. (i) Quando durante a eleição a votação é interrompida ou de qualquer modo impedida, por qualquer motivo ou acto de violência e se o oficial escrutinador adicional for do parecer que é impossível pros-

Recontagem de votos

Adiamento da votação

seguir com a votação devido a determinadas circunstâncias fora do seu controle, ele anunciará o adiamento da votação para uma data posterior, que será designada mais tarde e deverá comunicar o facto ao administrador imediatamente.

(ii) Quando a votação seja adiada nos termos do § (i) o Administrador providenciará no sentido de que haja, após razoável período de tempo, uma nova votação, de harmonia com estas normas.

Publicação dos resultados

44. O oficial escrutinador adicional fará arranjos para que os nomes dos candidatos eleitos sejam afixados em lugar proeminente da aldeia, devendo enviar uma relação de tais nomes ao Administrador do concelho que tomará, então, as necessárias medidas para a publicação da eleição no *Boletim Oficial*.

Conservação dos documentos referentes a eleição

45. O oficial escrutinador adicional enviará ao Administrador do concelho, um envelope selado, contendo, em separado, um relatório do resultado da eleição, as listas inutilizadas, as listas contestadas, a lista de votos contestados, a lista de votos postos em questão e uma cópia marcada do caderno eleitoral.

Apresentação e inspecção dos documentos referentes a eleição

46. Enquanto estiverem confiados à guarda do administrador do concelho, os envelopes contendo as listas quer contadas, rejeitadas ou contestadas, não poderão ser abertos e o seu conteúdo não poderá ser examinado ou revelado, salvo sob as ordens do Secretário-Chefe.

Inutilização das listas

47. Passados dois meses a contar da data da publicação do resultado da eleição, ou, no caso em que tenha sido formulado um pedido contestando a validade da eleição, passados dois meses a contar da data da decisão, proferida sobre tal pedido, o Administrador do Concelho inutilizará, com a prévia autorização do Secretário-Chefe todas as listas que tiverem sido usadas.

O GOVERNADOR-TENENTE

T. Sivasankar

Pangim, 24 de Setembro de 1962.

MODELO N.º 1

Caderno eleitoral

Nome do Gram Panchayat ... Nome do concelho ...
Nome da aldeia ...

No. de série	Nome do eleitor (e sobrenome, caso tiver)	Nome do pai/mãe/marido	Sexo M ou F	Idade
1	2	3	4	5

MODELO N.º 2

Documento de candidatura para a eleição como Panch
(Norma 16.ª)

Nome do candidato ...
Nome do pai/marido ...
Idade ...
Endereço ...
Número no Caderno Eleitoral ...
Aldeia para a qual o candidato apresenta a sua candidatura ...
Nome do proponente ...
Número no Caderno Eleitoral ...
Assinatura do proponente ...

Declaração do candidato

Declaro, por esta, que concordo com a candidatura acima referida.

(Assinatura do candidato)

MODELO N.º 3

Lista dos votos contestados
(Norma 34.ª)

Secção de voto ...

Nome da aldeia	Nome do eleitor	No. no caderno eleitoral	No. de votos dados

MODELO N.º 4

Lista dos votos postos em questão
(Norma 35.ª)

Assinatura, pg. n.º ...

No. no caderno eleitoral	Nome	Assinatura do eleitor quando não-analfabeto ou impressão digital do eleitor caso seja analfabeto	Nome da pessoa identificadora caso houver

MODELO N.º 5

(Norma 40.ª)

Balancete das listas

Eleição para a aldeia de ...
Panchayat do concelho de ...

	N.º de série De	Para	Total
1. Listas recebidas			
2. Listas não utilizadas			
3. Listas entregues aos eleitores			
4. N.º de votos contestados dados na secção de voto			

Data:

(Assinatura)

MODELO N.º 6
(Norma 11.ª)

Aviso da publicação final do caderno eleitoral

Para conhecimento geral se torna público que a lista das emendas do caderno eleitoral provisório para o Panchayat da aldeia de ... foi preparado de harmonia com as normas eleitorais da lei de Panchayat das aldeias de Goa, Damão e Diu, 1962, e um exemplar do referido caderno eleitoral provisório acompanhado da referida lista das emendas foi publicado e estará patente para exame em ...

O Administrador do concelho,

MODELO N.º 7
(Norma 41.ª)

Resultado da contagem

No. de série	Nomes dos candidatos	Número de votos na urna		
		Válidos	Não válidos	Total
1.				
2.				
3.				
4.				
5.				
6.				
etc.				

Soma total ...

Número de listas ...

Inutilizadas ...

Número de votos contestados ...

Data:

(Assinatura do oficial escrutinador adicional)

(Assinatura do auxiliar de contagem)

MODELO N.º 8
(Norma 38.ª)

No. de série	Nome do eleitor inválido	No. de série no caderno eleitoral	Notas resumidas sobre a assistência prestada
1	2	3	4

Data:

Assinatura
Oficial escrutinador adicional
Secção de Voto ...

Despacho

ELN/VPT/1962

No uso das faculdades que lhe são conferidas pela regra 19 de «The Goa, Daman and Diu Village Panchayat (Election Procedure) Rules, 1962», o Secretário-Chefe nomeia os Administradores dos concelhos, oficiais escrutinadores para eleições de «Panchayats» aldeanos, em todas as aldeias dos respectivos concelhos.

B. K. Sanyal
Secretário-Chefe

Pangim, 22 de Setembro de 1962.

Despacho

ELN/VPT/62

No exercício das faculdades que lhe são conferidas pelo n.º 14 de «The Goa, Daman and Diu Village Panchayat (Election Procedure) Rules 1962», o Secretário-Chefe, há por bem fixar o programa que vai a seguir publicado e faz parte desta portaria para a realização de eleições para os Panchayats aldeanos.

B. K. Sanyal
Secretário-Chefe

Pangim, 24 de Setembro de 1962.

Programa para eleições dos Panchayats aldeanos

1. Data da publicação do programa das eleições. 27-9-1962.
2. Data da apresentação das propostas de candidatura, hora e local
a) Data da apresentação das propostas de candidatura. 9-10-1962.
b) Local. Administrações dos respectivos concelhos
c) Tempo durante o qual as propostas de candidatura serão recebidas 11 a 15 horas.
3. Data designada para o escrutínio das propostas de candidatura. 10-10-1962.
a) Local. Administrações dos respectivos concelhos
b) Hora. 15 horas em diante.
4. Último dia do prazo para apresentação de reclamações contra a decisão do «Returning Officer» rejeitando as candidaturas. 13-10-1962.
5. Último dia para a decisão das reclamações. 15-10-1962.
6. Data da publicação da relação das candidaturas válidas. 15-10-1962.
7. Último dia para a desistência da candidatura. 15-10-1962.
8. Último dia para a publicação da lista dos que retiraram as suas candidaturas. 17-10-1962.
9. Data da atribuição de símbolos aos candidatos às eleições. 10-10-1962.
10. Data em que são atribuídos símbolos aos candidatos cujas reclamações forem providas. 15-10-1962.
11. Data da publicação da relação dos candidatos às eleições com os seus símbolos. 17-10-1962.
12. Data das eleições.
a) Hora. 24-10-1962.
8 a 17 horas.
13. Data e local do apuramento e declaração do resultado. 24-10-62.
18 horas em diante na respectiva secção de voto.